

Saúde

A crise Jatene

1 JUL 1995

Governo e aliados no Congresso procuram desesperadamente uma alternativa para a crise financeira da Saúde que preserve o cirurgião Adão Jatene no Ministério de Fernando Henrique. A área econômica definitivamente não aceita a solução da volta do IPMF ou qualquer outra que represente criação de imposto ou imposto vinculado. O raciocínio, no caso, não é apenas econômico, mas essencialmente político: entre outros efeitos, criar um imposto às vésperas da tramitação da reforma tributária e fiscal, é inviabilizá-la no nascedouro.

A avaliação política dentro e fora do governo é a de que Jatene trabalha com horizonte definido e sabe o que quer. Não conseguindo os meios que considerar mínimos para o desempenho de sua missão abdicará da causa, fiel ao princípio de que ao médico não é lícito iludir o paciente — no caso, a sociedade, que o tem na conta de um profissional respeitado e dedicado. E o é, tanto assim, que tal desfecho mata de medo o governo. “Ninguém gostaria de ter em sua biografia a demissão de um homem como o Jatene”, admite um aliado do presidente Fernando Henrique.

Foi por essa razão que o presidente Fernando Henrique submeteu-se à saudável disciplina de Jatene, permitindo que seu ministro investisse numa espécie de trottoir cívico, mesmo que isso se traduzisse em proposta ao Congresso de criação de imposto, à revelia da equipe econômica. Jatene criou o caso e do desfecho depende sua permanência ou não no governo. Qualquer alternativa ao IPMF, mesmo consensual no governo e no Legislativo, não bastará por si só: terá de convencer o ministro da Saúde que, por enquanto, está irredutível em relação a qualquer outra saída que não a do imposto sobre o cheque.

O que mais desgosta o ministro da Saúde, segundo alguns de seus interlocutores, são as insinuações de que por trás de sua cruzada pelo IPMF estaria embutido um projeto de chegar à Presidência da República em 98. Formalmente, a maior parte dos

políticos diz não acreditar numa atitude premeditada de Jatene, mas são pragmáticos: não importa intenção, importa resultado. A crença é a de que se mudar o cenário da Saúde no Brasil, Jatene é candidato forte e, como já foi lançado no passado pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), a hipótese ganha ares de verdade.

O senador Esperidião Amin (PPR-SC) acredita, no entanto, que a natureza e gravidade do assunto é antídoto natural contra o vírus do boicote político-eleitoral ao ministro da Saúde. Relator indicado da proposta de aumento da tributação do Cofins sobre cigarros e bebidas alcoólicas — alternativa apresentada à (re)criação do IPMF —, Amin prevê que o IPMF não passa e que terá de haver uma cru-

zada pela permanência de Jatene. “O governo deserdou o Jatene e nós vamos ter de convencê-lo a trabalhar com alternativas ao IPMF”, diz. A idéia de aumentar a tributação das alíquotas do Cofins sobre a venda de cigarros e bebidas alcoólicas encontra receptividade filosófica: é mais justo o ônus a quem produz doenças.

Mas a proposta é de complexa formatação de ponto de vista tributário, embora não esteja descartada. Amin confessa que ainda não

conseguiu dimensionar a carga tributária gerada pela proposta e não acredita que ela possa levar a um caixa superior a R\$ 100 milhões por mês, restando ao Tesouro assumir outro tanto igual para reajuste das diárias hospitalares. “Temos de ter cuidado com essa alternativa, para não criar um habeas-corpus para a evasão fiscal”, previne.

A irredutibilidade do ministro da Saúde pode ser medida em sua mais recente manifestação sobre o assunto, à saída de uma reunião com o ministro do Planejamento José Serra. Frustrado na sua tentativa de atrair Serra para a tese do IPMF, fez ilação de sua conveniência: “Como não há proposta alternativa, concluo que aprovaram o IPMF.”

Nada mais ilusório: Serra e Fernando Henrique defendem saída alternativa.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Serra e Fernando Henrique defendem saída alternativa para o IPMF do ministro da Saúde